

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE QUÍMICA

MARCIA VICTÓRIA SILVEIRA

**PASSEI NA UFRGS, E AGORA? UMA DISCUSSÃO SOBRE A
ACESSIBILIDADE NO INSTITUTO DE QUÍMICA**

Porto Alegre, 2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE QUÍMICA

MARCIA VICTÓRIA SILVEIRA

**PASSEI NA UFRGS, E AGORA? UMA DISCUSSÃO SOBRE A
ACESSIBILIDADE NO INSTITUTO DE QUÍMICA**

Trabalho de conclusão apresentado junto à atividade de ensino de “Seminário de Estágio” do curso de Química, como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciado em Química.

Profa. Dra Liliana Passerino
Orientadora

Profa. Dra Tania Denise Miskinis Salgado
Co-Orientadora

Porto Alegre, 2013

“O degrau de uma escada não serve simplesmente para que alguém permaneça em cima dele, destina-se a sustentar o pé de um homem pelo tempo suficiente para que ele coloque o outro um pouco mais alto.”

Thomas Huxley

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1	Comparativo das Deficiências no Brasil (adaptado IBGE)	15
Gráfico 2	Tipo de Deficiência por alunado na Educação Superior em 2009	25
Gráfico 3	Tipo de Tecnologia Assitivia por ênfase na Educação Superior em 2009	26
Gráfico 4	Análise Quantitativa do atendimento pelo Programa Incluir (adaptado)	29
Gráfico 5	Qual o tempo de docência no Instituto de Química da UFRGS?	35
Gráfico 6	Neste tempo, já teve a experiência em dar aula numa turma que tivesse um aluno com deficiência ou em condições especiais?	36
Gráfico7	Caso a resposta da pergunta anterior tenha sido SIM, aponte a deficiência ou condição especial.	36
Gráfico 8	Em sua opinião, quais são as demandas genéricas necessárias ao professor para atender o graduando com deficiência ou em outras condições? Marque quantas alternativas achar necessário.	38
Gráfico 9	Você já participou de cursos de capacitação referentes a acessibilidade dentro ou fora da UFRGS?	38
Gráfico 10	Você conhece algum setor que forneça suporte a professores/alunos na universidade ou IQ?	39
Gráfico 11	Caso a resposta anterior seja positiva, indique o nome do setor.	40

LISTA DE SIGLAS

COMGRAD: Comissão de Graduação

CORDE: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência

EAD: Ensino a Distância

FACED: Faculdade de Educação

GM: Gabinete do Ministro

IFES: Instituição Federal de Ensino Superior

IQ: Instituto de Química

LIBRAS: Língua Brasileira de Sinais

MCTI: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

MEC: Ministério da Educação e Cultura

PAP: Programa de Aperfeiçoamento de Professores

PDL: Pessoas com dificuldade de locomoção

PI: Programa Incluir

PRAE: Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis

PROGESP: Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas

PROGRAD: Pró-Reitoria de Graduação

SAE: Secretaria de Assuntos Estudantis

SECIS: Secretária de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social

SESU/MEC: Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação

SUINFRA: Superintendência de Infraestrutura

TA: Tecnologia Assistiva

UFRGS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	OBJETIVOS	9
3	CONCENTUALIZAÇÃO	10
3.1	ESTATÍSTICAS	14
3.2	TERMINOLOGIAS	16
3.2.1	Pessoa com Deficiência	16
3.2.2	Tecnologia Assistiva	19
3.2.2.1	Tipos de Tecnologia Assistiva	20
3.2.3	Acessibilidade	21
4	INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR	24
4.1	PROGRAMA INCLUIR	27
4.1.1	Programa incluir na UFRGS	28
5	METODOLOGIA	33
6	RESULTADOS E DISCUSSÕES	35
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
	REFERENCIAS	47
	APÊNDICE – Instrumento de Coleta de Dados para TCC Química	52
	Licenciatura	

RESUMO

Este trabalho apresenta os resultados da análise sobre a acessibilidade como ferramenta para inclusão nos cursos de Química do Instituto de Química da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Quer por questões genéticas ou situações não esperadas da vida, o número de indivíduos com necessidades especiais cresce aos olhos da sociedade, pois este grupo antes excluído está ganhando espaço e reivindicando seus direitos. A análise foi realizada através da apreciação da produção intelectual no campo do atendimento a pessoas com deficiências, políticas governamentais contidas em leis, decretos, normativas e coleta de opiniões/informações com os docentes do Instituto, possibilitando a avaliação da conformação destas no Instituto de Química. Assim, espero contribuir para a conscientização da comunidade universitária para a importância da acessibilidade e assim colocar esforços para a melhoria contínua dos investimentos tecnológicos e humanos, pois a UFRGS é uma das melhores universidades federais do país e por isto espera-se que ela disponha de muitos instrumentos capazes de proporcionar a igualdade não somente no ingresso do graduando com deficiência, mas durante sua jornada até a conclusão do curso.

Palavras-chave: Acessibilidade, Educação Superior, Inclusão, Pessoa com deficiência.

1 INTRODUÇÃO

Inclusão significa abranger, compreender, figurar entre os outros e está diretamente relacionada com acessibilidade, acesso que denota direito ou oportunidade de usar e alcançar. Portanto a acessibilidade adquire relação com a inclusão como instrumento promotor de autonomia e igualdade.

O Decreto Lei 5296/2004 define acessibilidade como: “condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora¹ de deficiência ou com mobilidade reduzida”.

Portanto, a necessidade de se conhecer, debater e cumprir as políticas públicas para a desmistificação da deficiência como incapacidade e sim como uma nova maneira de praticar determinada ação, ou seja, uma nova perspectiva é de suma importância.

Conforme divulgado pelo IBGE, o censo 2010 divulgou que enquanto 61,1% da população de 15 anos ou mais com deficiência não tinha instrução ou possuía apenas o fundamental incompleto, esse percentual era de 38,2% para as pessoas dessa faixa etária que declararam não ter nenhuma das deficiências investigadas, representando uma diferença de 22,9 pontos percentuais. A comparação das porcentagens no ensino superior revelou que 6,7% da população de 15 anos ou mais com deficiência conclui o 3º grau em relação a 10,4% da população sem deficiência.

Os dados disponibilizados pelo IBGE reforçam o papel do governo federal em relação a investimentos nas pesquisas focadas em tecnologia assistiva, e nas ações afirmativas capazes de proporcionar igualdade entre os indivíduos, através da diversificação de recursos e serviços que atendam as diferenças individuais da pessoa com deficiência.

Apesar das porcentagens referentes ao nível de instrução de pessoas com deficiência no ensino fundamental e superior não serem proporcionais aos recursos destinados a essas áreas, percebe-se uma demanda considerável que almeja o ensino superior. Portanto, ao olharmos o cenário de investimentos financeiros e intelectuais e acrescentarmos a porcentagem da população com algum tipo de deficiência, percebemos

1 Embora o termo “portador de deficiência” seja considerado na atualidade obsoleto, manteremos aqui os termos utilizados na legislação ou outros autores, e usaremos o termo pessoa com deficiência, mais aceito atualmente, sempre que o texto seja de autoria própria.

que brevemente o ensino superior receberá mais alunos com deficiência do que atualmente.

2 OBJETIVOS

Este trabalho tem por objetivo analisar o quadro geral da acessibilidade como ferramenta para inclusão no ensino superior, tomando o Instituto de Química da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (IQ/UFRGS), como objeto de análise, adotando como critérios de análise as políticas públicas, os índices e orçamentos e especificamente os recursos humanos e tecnológicos disponíveis para receber o aluno com deficiência e sua inserção efetiva nas atividades de ensino dos cursos de Química do Instituto de Química da UFRGS.

As deficiências focadas neste trabalho foram: visual, auditiva, motora/física e mobilidade reduzida.

3 CONCEITUALIZAÇÃO

A ação afirmativa para inclusão está em um momento de grande destaque no âmbito social e promovendo políticas públicas capazes de garantir ao menos no âmbito das escrituras o acesso da pessoa com deficiência ao processo educacional e social, pois somente com o rompimento das barreiras atitudinais observaremos a verdadeira mudança. Portanto, há muito a ser pensado para a conscientização e apropriação dos direitos aqueles anteriormente esquecidos.

A inclusão depende de educação e conforme Dutra (2008, p. 128):

A educação inclusiva não está restrita ao campo de atuação da educação especial, altera a estrutura tradicional da escola fundada em padrões de ensino homogêneo e critérios de seleção e classificação, passando a orientar a construção de sistemas educacionais que efetive o direito de todos à educação. Ao assumir o compromisso de alterar as práticas educacionais e fundar uma nova cultura escolar que valorize as diferenças, a educação especial supera o caráter restrito identificado pela visão clínica e assistencial e passa a produzir avanços na perspectiva de inclusão e da acessibilidade.

A evolução dos instrumentos legais federais na sociedade brasileira será abordada neste capítulo para que possamos conhecer e reconhecer o trabalho árduo, vagaroso e abrangente que se faz necessário para a construção de uma sociedade capaz de eliminar ou amenizar as barreiras do preconceito em relação a pessoas com necessidades especiais.

Os dispositivos públicos estão presentes no corpo social nacional há aproximadamente 40 anos, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 5692/71 que, em seu artigo 9º estabelece:

Os alunos que apresentem deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação.

Percebe-se que naquela época não existia um conceito adequado para o ato de incluir os indivíduos com deficiência, como se pode constatar na expressão “*deverão receber tratamento especial*”, mas foi de suma importância para alavancar as discussões sobre a promoção da igualdade e oportunidades para todos.

Após seis anos, a Emenda Constitucional nº 12/1978 estabelece em artigo único:

É assegurado aos deficientes a melhoria de sua condição social e econômica especialmente mediante: educação especial e gratuita, assistência, reabilitação e reinserção na vida econômica e social do país, proibição de discriminação, inclusive quanto à admissão ao trabalho ou ao serviço público e a salários e possibilidade de acesso a edifícios e logradouros públicos.

Levando em consideração o espaço de tempo consideravelmente curto em relação à Lei 5692/71 e contexto histórico brasileiro conturbado com o fim do AI-5 e a corrida para redemocratização, esta emenda marca o ponto zero para a discussão da acessibilidade no Brasil.

Em 1988, a Constituição Federativa garante, em seu artigo 208, inciso III que: “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”.

Ressalta também no artigo 227 (parágrafo 1 inciso II):

criação de programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos” e no parágrafo 2 “A lei disporá sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

A segunda revisão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9493/96, dedicou o capítulo V à Educação Especial com três artigos (58 ao 60) que estabelecem: definição sobre educação especial, garantias e apoio técnico especializado.

A jornada para autonomia da pessoa com deficiência estava ganhando espaço e amadurecendo os avanços para a construção de uma sociedade menos excludente, portanto novos documentos foram promulgados com direcionamento específico para a temática e abrangendo vários setores da sociedade, tais como:

Leis, Decretos, Normativas, Portarias e Resoluções:

- **Lei nº 7853/1989:** Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.
- **Portaria nº 1793/1994:** Dispõe sobre a necessidade de complementar os currículos de formação de docentes e outros profissionais que interagem com portadores de necessidades especiais e dá outras providências.

- **Decreto nº 3298/1999:** Regulamenta a Lei nº 7853/89, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.
- **Decreto 3076/1999:** Criação do Conade (Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência) no âmbito do Ministério da Justiça
- **Lei nº 10098/2000:** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
- **Lei nº 10048/2000:** Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica e dá outras providências.
- **Resolução CNE/CEB nº 2/2001:** Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.
- **Lei nº 10172/2001:** Aprovação do Plano Nacional da Educação contendo o capítulo 8 destinado à modalidade de ensino à Educação Especial.
- **Portaria nº 2678/2002:** Aprova diretriz e normas para o uso, o ensino, a produção e a difusão do Sistema Braille em todas as modalidades de ensino, compreendendo o projeto da Grafia Braille para a Língua Portuguesa e a recomendação para o seu uso em todo o território nacional.
- **Lei nº 10436/2002:** Reconhece a Língua Brasileira de Sinais como meio legal de comunicação e expressão, determinando que sejam garantidas formas institucionalizadas de apoiar seu uso e difusão, bem como a inclusão da disciplina de Libras como parte integrante do currículo nos cursos de formação de professores e de fonoaudiologia.
- **Lei nº 10683/2003:** Desvinculação do Conade ao MJ e liga-se à Secretaria Especial dos Direitos Humanos.
- **Portaria nº 3284/2003:** Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.
- **Decreto nº 5296/2004:** Regulamenta as Leis nº 10048/2000 e 10.098/2000.
- **Decreto nº 5626/2005:** Regulamenta a Lei nº 10.436/02, visando à inclusão dos alunos surdos, dispõe sobre a inclusão de Libras como disciplina curricular, a formação e a certificação de professor, instrutor e tradutor/intérprete de Libras, o ensino da

Língua Portuguesa como segunda língua para alunos surdos e a organização da educação bilíngue no ensino regular.

- **Decreto nº 6094/2007:** Estabelece dentre as diretrizes do Compromisso Todos pela Educação a garantia do acesso e permanência no ensino regular e o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, fortalecendo a inclusão educacional nas escolas públicas.
- **Decreto nº 6571/2008:** Dá diretrizes para o estabelecimento do atendimento educacional especializado no sistema regular de ensino (escolas públicas ou privadas).
- **Decreto nº 6949/2009:** Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Esse decreto dá ao texto da Convenção caráter de norma constitucional brasileira.
- **Resolução CNE/CEB nº 4/2009:** Institui no artigo quinto diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Básica, que deve ser oferecido no turno inverso da escolarização, prioritariamente nas salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular. O AEE pode ser realizado também em centros de atendimento educacional especializado públicos e em instituições de caráter comunitário, confessional ou filantrópico sem fins lucrativos conveniados com a Secretaria de Educação.
- **Medida Provisória nº 483/2010:** Ratificação do nome do Conade por exigência da Convenção sobre os direitos das Pessoas com Deficiência da ONU.
- **Lei nº 12764/2012:** Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

Outros Documentos

- **2004: Cartilha – O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular:** Documento com o objetivo de disseminar os conceitos e diretrizes mundiais para a inclusão.
- **2004: Programa Brasileiro de Acessibilidade Urbana– BRASIL ACESSÍVEL:** estimular e apoiar os governos municipais e estaduais a cumprirem suas prerrogativas e desenvolver ações que garantam acesso para pessoas com restrição de mobilidade aos

sistemas de transportes, equipamentos urbanos e a circulação em áreas públicas, inserido no conceito de Mobilidade Urbana Sustentável.

- **2004: ABNT NBR 9050:** Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.
- **2006: Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos:** Objetiva, dentre as suas ações, fomentar, no currículo da educação básica, as temáticas relativas às pessoas com deficiência e desenvolver ações afirmativas que possibilitem inclusão, acesso e permanência na educação superior.
- **2007: Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE:** Traz como eixos a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, a implantação de salas de recursos multifuncionais e a formação docente para o atendimento educacional especializado.
- **2007: Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência:** Aprovada pela ONU e da qual o Brasil é signatário.
- **2008: Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva:** Traz as diretrizes que fundamentam uma política pública voltada à inclusão escolar, consolidando o movimento histórico brasileiro.
- **2011: Plano Nacional de Educação (PNE):** Em análise pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte e tem como ponto polêmico a meta 4 – “Universalizar, para a população de 4 a 17 anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino.”

O deslocamento gradual dos dispositivos legais para acessibilidade não permite que sejam citados todos até aqui conquistados, porém a listagem acima comprova o processo de modificações culturais, atitudinais e governamentais na luta contra o estereótipo do deficiente, ou seja, um ser incapaz de ser incorporado na comunidade como um cidadão e tão somente como objeto de caridade.

3.1 ESTATÍSTICAS

A Lei 7853/1989, no art. 17 estabelece: “Serão incluídas no censo demográfico de 1990, e nos subsequentes, questões concernentes à problemática da pessoa portadora de deficiência, objetivando o conhecimento atualizado do número de pessoas portadoras de deficiência no País”.

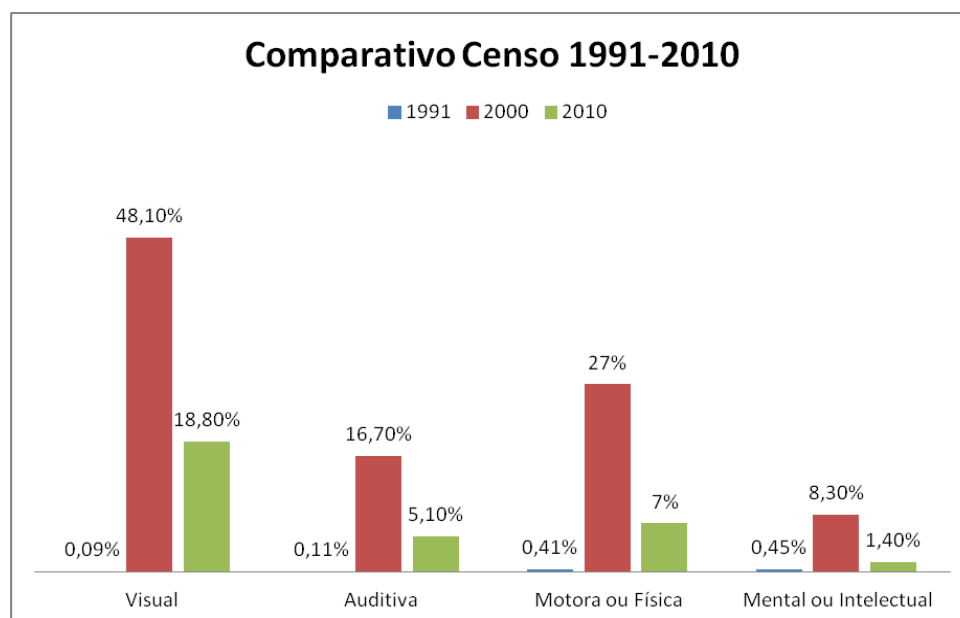
Este requisito foi incorporado ao censo de 1991 e havia uma única pergunta no questionário que estabelecia o número de portadores de deficiência. (FURTADO, [200-?], p.1). Assim, a seguir são analisadas as informações dos Censos do IBGE (1991, 2000, 2010):

No censo de 1991 declararam-se com alguma deficiência aproximadamente 2 milhões de brasileiros, ou seja, 1,49% da população. Destes 0,45% declararam ter deficiência mental, 0,41% deficiência física, 0,11% deficiência auditiva, 0,09% deficiência visual e 0,05% deficiências múltiplas.

Os resultados do Censo 2000 mostraram que, aproximadamente, 24,5 milhões de pessoas, ou 14,5% da população total, possuíam deficiência, sendo 8,3% com deficiência mental, 4,1% com deficiência física, 22,9% com deficiência motora, 48,1% com deficiência visual e 16,7% com deficiência auditiva.

O censo 2010 aponta que 45,6 milhões de pessoas declararam ter ao menos um tipo de deficiência, o que corresponde a 23,9%² da população brasileira. A deficiência visual foi a mais apontada, atinge 18,8% da população. Em seguida vêm as deficiências motora (7%), auditiva (5,1%) e mental ou intelectual (1,4%).

Gráfico 1 – Comparativo das Deficiências no Brasil (adaptado IBGE).



Fonte: IBGE, 1991, 2000, 2010.

² Houve um aumento de aproximadamente 100% no registro de pessoas que se declararam com pelo menos uma deficiência no período de 2000 a 2010 e deve-se em parte ao método autodeclaratório utilizado pelo IBGE. Ao utilizar essa metodologia não é fornecido suporte aos entrevistados sobre a definição das deficiências e consequente categorização prevista no decreto 5296/2004, auxiliando na aquisição de dados questionáveis.

3.2 TERMINOLOGIAS

Com o intuito de esclarecer o significado dos termos que circundam o universo da inclusão e para que mais adiante possamos entender os recursos necessários para o ingresso e permanência do aluno com deficiência no ensino superior, faz-se necessário conhecê-los.

3.2.1 Pessoa com deficiência

Desde o início do século XX até o momento atual, vários termos e significados foram atribuídos à pessoa com deficiência, conforme estudo de Sassaki (2013, p. 1)

Tabela 1 – Histórico dos Termos Referentes às Deficiências (adaptado)

ÉPOCA	TERMOS E SIGNIFICADOS	VALOR DA PESSOA
<p>³No começo da história, durante séculos.</p> <p>Romances, nomes de instituições, leis, mídia e outros meios mencionavam “os inválidos”. Exemplos: “A reabilitação profissional visa a proporcionar aos beneficiários inválidos ...” (Decreto federal nº 60.501, de 14/3/67, dando nova redação ao Decreto nº 48.959-A, de 19/9/60).</p>	<p>“os inválidos”. O termo significava “<u>indivíduos sem valor</u>”. Em pleno século 20, ainda se utilizava este termo, embora já sem nenhum sentido pejorativo.</p> <p>Outro exemplo: “Inválidos insatisfeitos com lei relativa aos ambulantes” (<i>Diário Popular</i>, 21/4/76).</p>	<p>Aquele que tinha deficiência era tido como socialmente inútil, um peso morto para a sociedade, um fardo para a família, alguém sem valor profissional. Outros exemplos:</p> <p>“Servidor inválido pode voltar” (<i>Folha de S. Paulo</i>, 20/7/82). “Os cegos e o inválido” (<i>IstoÉ</i>, 7/7/99).</p>
<p>Século 20 até ± 1960.</p> <p>“Derivativo para incapacitados” (<i>Shopping News</i>, Coluna Radioamadorismo, 1973).</p> <p>“Escolas para crianças incapazes” (<i>Shopping News</i>, 13/12/64).</p> <p>Após a I e a II Guerras Mundiais, a mídia usava o termo assim: “A guerra produziu incapacitados”, “Os incapacitados agora exigem reabilitação física”.</p>	<p>“os incapacitados”. O termo significava, de início, “<u>indivíduos sem capacidade</u>” e, mais tarde, evoluiu e passou a significar “<u>indivíduos com capacidade residual</u>”. Durante várias décadas, era comum o uso deste termo para designar pessoas com deficiência de qualquer idade. Uma variação foi o termo “os incapazes”, que significava “<u>indivíduos que não são capazes</u>” de fazer algumas coisas por causa da deficiência que tinham.</p>	<p>Foi um avanço a sociedade reconhecer que a pessoa com deficiência poderia ter capacidade residual, mesmo que reduzida.</p> <p>Mas, ao mesmo tempo, considerava-se que a deficiência, qualquer que fosse o tipo, eliminava ou reduzia a capacidade da pessoa em <u>todos</u> os aspectos: físico, psicológico, social, profissional etc.</p>
<p>De ± 1960 até ± 1980.</p> <p>“Crianças defeituosas na Grã-Bretanha tem educação especial” (<i>Shopping News</i>, 31/8/65).</p>	<p>“os defeituosos”. O termo significava “<u>indivíduos com deformidade</u>” (principalmente física).</p>	<p>A sociedade passou a utilizar estes três termos, que focalizam as deficiências em si sem reforçar o que as pessoas não conseguiam</p>

³ Todas as definições, termos e significados são do autor da tabela Romeu Sassaki (vide fonte).

ÉPOCA	TERMOS E SIGNIFICADOS	VALOR DA PESSOA
<p>No final da década de 50, foi fundada a Associação de Assistência à Criança <u>Defeituosa</u> – AACD (hoje denominada Associação de Assistência à Criança Deficiente).</p> <p>Na década de 50 surgiram as primeiras unidades da Associação de Pais e Amigos dos <u>Excepcionais</u> - Apae.</p>	<p>“os deficientes”. Este termo significava “<u>indivíduos com deficiência</u>” física, intelectual, auditiva, psicossocial, visual ou múltipla, que os levava a executar as funções básicas de vida (andar, sentar-se, correr, escrever, tomar banho etc.) de uma forma diferente daquela como as pessoas sem deficiência faziam. E isto começou a ser aceito pela sociedade.</p> <p>“os excepcionais”. O termo significava “<u>indivíduos com deficiência intelectual</u>”.</p>	<p>fazer como a maioria.</p> <p>Simultaneamente, difundia-se o movimento em defesa dos direitos das “pessoas superdotadas” (expressão substituída por “pessoas com altas habilidades” ou “pessoas com indícios de altas habilidades”).</p> <p>O movimento mostrou que o termo “os excepcionais” não poderia referir-se exclusivamente aos que tinham deficiência intelectual, pois as pessoas com altas habilidades (superdotação) também são excepcionais por estarem na outra ponta da curva da inteligência humana.</p>
<p>De 1981 até ± 1987.</p> <p>Por pressão das organizações de pessoas com deficiência, a ONU deu o nome de “Ano Internacional das <u>Pessoas Deficientes</u>” ao ano de 1981.</p> <p>E o mundo achou difícil começar a dizer ou escrever “<u>pessoas deficientes</u>”.</p> <p>O impacto desta terminologia foi profundo e ajudou a melhorar a imagem destas pessoas.</p>	<p>“pessoas deficientes”. Pela primeira vez em todo o mundo, o substantivo “deficientes” (como em “os deficientes”) passou a ser utilizado como adjetivo, sendo-lhe acrescentado o substantivo “pessoas”.</p> <p>A partir de 1981, <u>nunca mais</u> se utilizou a palavra “indivíduos” para se referir às pessoas com deficiência.</p>	<p>Foi atribuído o valor “pessoas” àqueles que tinham deficiência, igualando-os em direitos e dignidade à maioria dos membros de qualquer sociedade ou país.</p> <p>A Organização Mundial de Saúde (OMS) lançou em 1980 a <i>Classificação Internacional de Impedimentos, Deficiências e Incapacidades</i>, mostrando que estas três dimensões existem simultaneamente em cada pessoa com deficiência.</p>
<p>De ± 1988 até ± 1993.</p> <p>Alguns líderes de organizações de pessoas com deficiência contestaram o termo “pessoa deficiente” alegando que ele sinaliza que a pessoa inteira é deficiente, o que era inaceitável para eles.</p>	<p>“pessoas portadoras de deficiência”. Termo que, utilizado somente em países de língua portuguesa, foi proposto para substituir o termo “pessoas deficientes”.</p> <p>Pela lei do menor esforço, logo reduziram este termo para “portadores de deficiência”.</p>	<p>O “portar uma deficiência” passou a ser um valor agregado à pessoa. A deficiência passou a ser um detalhe da pessoa. O termo foi adotado nas Constituições federal e estaduais e em todas as leis e políticas pertinentes ao campo das deficiências. Conselhos, coordenadorias e associações passaram a incluir o termo em seus nomes formais.</p>
<p>De ± 1990 até hoje.</p> <p>O art. 5º da Resolução CNE/CEB nº 2, de 11/9/01, explica que as necessidades especiais decorrem de três situações, uma das quais envolvendo dificuldades vinculadas a deficiências e dificuldades não-vinculadas a uma causa orgânica.</p>	<p>“pessoas com necessidades especiais”. O termo surgiu primeiramente para substituir “deficiência” por “necessidades especiais”. daí a expressão “portadores de necessidades especiais”. Depois, esse termo passou a ter significado próprio sem substituir o nome “pessoas com deficiência”.</p>	<p>De início, “necessidades especiais” representava apenas um novo termo.</p> <p>Depois, com a vigência da Resolução nº 2, o termo “necessidades especiais” passou a ser um valor agregado tanto à pessoa com deficiência quanto a outras pessoas.</p>

Contudo a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada pela ONU em 2007 e promulgada no Brasil através do Decreto nº. 6949/2009 determina a nomenclatura “pessoas com deficiência”.

O Decreto nº. 5296/2004 define como: “pessoa portadora de deficiência, além daquelas previstas na Lei nº 10.690, de 16 de junho de 2003, a que possui limitação ou incapacidade para o desempenho de atividade e se enquadra nas seguintes categorias”:

a) deficiência física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções.

b) deficiência auditiva: perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz.

c) deficiência visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores.

d) deficiência mental: funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: comunicação; cuidado pessoal; habilidades sociais; utilização dos recursos da comunidade, saúde e segurança, habilidades acadêmicas, lazer e trabalho.

e) deficiência múltipla: associação de duas ou mais deficiências.

Pessoa com mobilidade reduzida, aquela que, não se enquadrando no conceito de pessoa portadora de deficiência, tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentar-se, permanente ou temporariamente, gerando redução efetiva da mobilidade, flexibilidade, coordenação motora e percepção.

A terminologia médica ou social não determina como o indivíduo encara a sua própria deficiência e por esta razão existem entendimentos e/ou aceitações por parte dos próprios deficientes em relação à nomenclatura. Esta postura é a herança com que a sociedade percebe o ser humano com deficiência, pois ainda é comum o sentimento de pena, incapacidade, invalidez para com os mesmos.

A comunidade que mais se destaca na luta contra este paradigma é a comunidade surda. Existem opiniões divergentes e complexas dentro do grupo sobre o que melhor os define e a consequência desta definição na sociedade, porém não é o foco deste trabalho.

Também é de suma importância esclarecer a questão do surdo-mudo, pois historicamente há um equívoco nesta nomenclatura: Nem todo surdo é mudo, pois como foi explicado na definição de deficiência auditiva ao adquirir linguagem o indivíduo é

capaz de oralizar mesmo que ocorra a perda total da audição, já para aqueles que nasceram surdos, o silente está ligado ao fato de não escutarem o som das palavras e por isso não ser possível o retorno ao ouvido.

Com relação aos deficientes visuais e motores não há um movimento como a comunidade surda e as considerações são em relação a não serem tratados como inválidos ou incapazes, portanto são denominados cegos e cadeirantes.

3.2.2 Tecnologia assistiva

“Para as pessoas sem deficiência, a tecnologia torna as coisas mais fáceis.
Para as pessoas com deficiência, a tecnologia torna as coisas possíveis.”
(RADABAUGH, 1993 apud BERSCH, 2008, p. 2)

O sentido e abrangência da citação anterior traduz literalmente a funcionalidade de uma tecnologia assistiva, ou seja, a possibilidade de inserção, contribuição e gozo das possibilidades que encontramos em nossa sociedade, como por exemplo: educação, cultura, saúde, etc.. e assim fazer efetivamente parte de algo maior e não deixar colocar-se em posição de menos capaz, coitado ou inválido.

O Decreto 5296/2004, em seu artigo 66 estabelece que: “A Secretaria Especial dos Direitos Humanos instituirá Comitê de Ajudas Técnicas, constituído por profissionais que atuam nesta área, e que será responsável por:

- Estruturação das diretrizes da área de conhecimento;
- Estabelecimento das competências desta área;
- Realização de estudos no intuito de subsidiar a elaboração de normas a respeito de ajudas técnicas;
- Levantamento dos recursos humanos que atualmente trabalhem com o tema;
- Deteção dos centros regionais de referência em ajudas técnicas, objetivando a formação de rede nacional integrada.”

Portanto, o Comitê de Ajuda Técnicas (CAT) é responsável por estabelecer uma relação entre a sociedade civil e os órgãos públicos para que políticas sejam elaboradas e executadas em prol da implementação e melhoramento de recursos que viabilizem a vida de deficientes em qualquer esfera da sociedade, ou seja, casa, família, escola, trabalho, etc. Contudo, um dos primeiros desafios do grupo foi estabelecer uma terminologia para tecnologia assistiva, pois cada país apresentava sua definição, então em 2007 o comitê aprovou:

Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. (BERSCH, 2008, p. 3)

Com a definição de tecnologia assistiva aprovada, fez-se necessário estabelecer uma classificação de produtos assistivos, através da ISO 9999:2007 que abrange onze classes de produtos assistivos, como: tratamento médico pessoal, treinamento de habilidades, órteses e próteses, proteção e cuidados pessoais, mobilidade pessoal, cuidados com o lar, mobiliário e adaptações para residências e outras edificações, comunicação e informação, manuseio de objetos e equipamentos, melhorias ambientais, ferramentas e máquinas e lazer.

O papel do CAT para disseminação, conscientização e execução de políticas no campo das tecnologias cresceu muito desde sua criação, porém ainda há um grande empecilho para alavancar essa luta, que infelizmente são as próprias pessoas, a sociedade e seus pré-conceitos tão bem enraizados que não permitem uma transformação consciente e sem interesses sobre a deficiência.

Pensando em educação, principalmente para os anos iniciais e ensino fundamental, os recursos destinados ao aperfeiçoamento de professores, implementação de sala de recursos, modificações estruturais vem ganhando espaço e investimentos, porém em porcentagem muito inferior ao que as pessoas com deficiência verdadeiramente necessitam. A realidade dentro de uma sala de recursos em determinadas localidades é triste e desrespeitosa para professores e para as pessoas com deficiência, devido ao grande número de alunos e a baixa disponibilidade de professores/especialistas para atendê-los.

3.2.2.1 Tipos de tecnologia assistiva

Como citado anteriormente, as tecnologias têm o intuito de facilitar a vida da pessoa com deficiência e fazendo analogia ao jogo de quebra-cabeça, a tecnologia é a última peça para completar a imagem desejada, que neste caso é uma sociedade igualitária, justa e sem preconceitos.

No Brasil criou-se o Catálogo Nacional de Produtos de Tecnologia Assistiva (TA), ou seja, um serviço de informação de produtos Tecnologia Assistiva, do MCTI/SECIS, lançado como parte do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência Viver sem Limite e desde outubro de 2008, passou a integrar a Aliança Internacional de Provedores de Informação em Tecnologia Assistiva, que atualmente conta com a participação de onze países: Estados Unidos, Itália, Alemanha, Bélgica, Inglaterra, Dinamarca, Austrália, Irlanda, Brasil, Espanha e França.

Portanto, é importante conhecermos alguns exemplos de tecnologias existentes, conforme quadro 1. Vale ressaltar que abordaremos as deficiências que são o foco deste trabalho: visual, auditiva, motora/física e mobilidade reduzida.

Quadro 1 – Tecnologia Assistiva



Fonte: MCTI,[200-?].

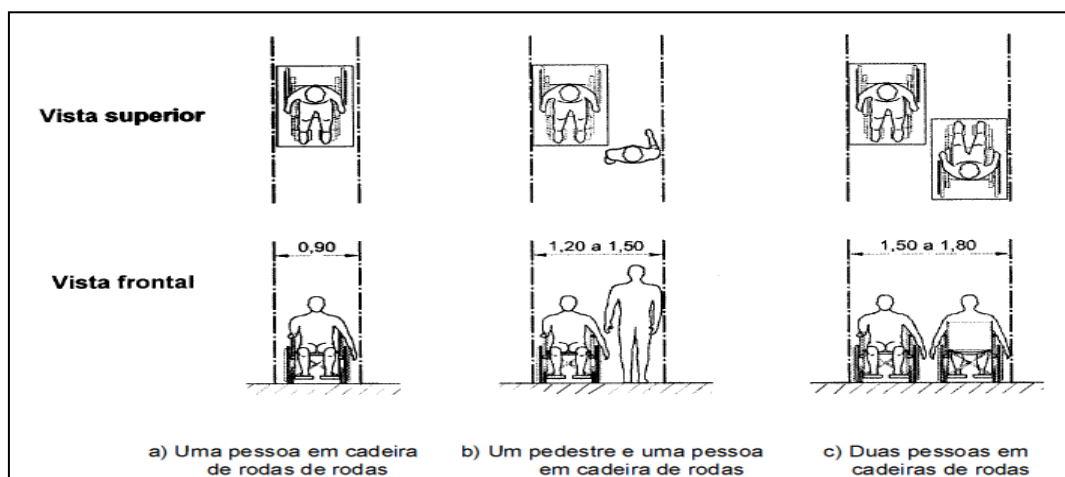
3.2.3 Acessibilidade

Segundo Thatcher et al (2002, apud Ferreira,[200-?], p. 1):

Os problemas de usabilidade podem causar impactos a qualquer usuário, já os problemas de acessibilidade são aqueles que deixam um usuário com alguma limitação em desvantagem em relação a outros usuários. Por exemplo, quando uma determinada informação não pode ser exibida para um usuário com deficiência visual, isso é um problema de acessibilidade.

Acessibilidade tem que existir em todas as esferas da sociedade, tais como: trabalho, escola, transportes, lazer e comunicação. A ISO 9050:2004 descreve sobre acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, traz em seu conteúdo padronizações e definições para a implementação do acesso na esfera privada e pública, conforme figuras 1 e 2.

Figura 1 - Parâmetros antropométricos: largura para deslocamento em linha reta de pessoas em cadeira de rodas.



Fonte: ISO 9050:2004

Figura 2 – Comunicação e sinalização: símbolos internacionais de acesso para deficientes motores.



Fonte: ISO 9050:2004

Um estudo de acessibilidade voltado para pessoas com dificuldade de locomoção (PDL), ou seja, gestantes, idosos, cadeirantes e obesos, realizado por Cohen e Duarte (2004, p. 6), sintetiza com simplicidade e profundidade o papel da acessibilidade:

Constata-se assim que tudo o que afasta uma PDL de sua plena capacidade de apreensão do mundo e de sua consciência existencial (sua dificuldade de locomoção, sua aparência ou sua diferença, por exemplo) poderá ser reduzido à condição de sua simples dificuldade se sua vida cotidiana urbana for sustentada por uma cidade universalmente acessível.

Enfim, a acessibilidade implica em aceitar os limites sem jamais esquecer na capacidade de superação que possuímos.

4 INCLUSÃO DO ENSINO SUPERIOR

Desde a criação do Estatuto das Universidades Brasileiras, em 1931, o caráter da universidade, infelizmente, continua excludente e captando as necessidades financeiras e sociais da sociedade, e por esta razão a acessibilidade adquiriu espaço no ensino superior associado também às políticas vigentes da inclusão na escola básica.

A Portaria nº 1793/1994, em seu artigo 1º recomenda: “a inclusão da disciplina ‘Aspectos Ético-Político-Educacionais da normalização e Integração da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais’, prioritariamente, nos cursos de Pedagogia, Psicologia e em todas as Licenciaturas.”

Decorridos dois anos da publicação da portaria, poucas alterações nas instituições de Ensino Superior foram implementadas, conforme estudo realizado por Chacon (2001), muito devido à falta de dados estatísticos sobre o número de pessoas com deficiências e à falta de conhecimento das orientações dos dispositivos legais vigentes. Assim, o governo liberou o Aviso Circular nº 277/MEC/GM que orienta ajustes em três momentos da seleção do acadêmico com deficiência: na elaboração do edital, no momento dos exames vestibulares e no momento da correção das provas.

O Censo Educacional 2012 divulgou os últimos dados gerais do ensino superior, conforme tabela 2, e o aumento dos índices em relação a 2011, como por exemplo, o número de IES se deve as inúmeras campanhas e programas que o governo federal realiza para alcançar níveis satisfatórios na educação brasileira e melhorar sua imagem mundial.

Tabela 2 – Situação Geral da Educação Superior 2012

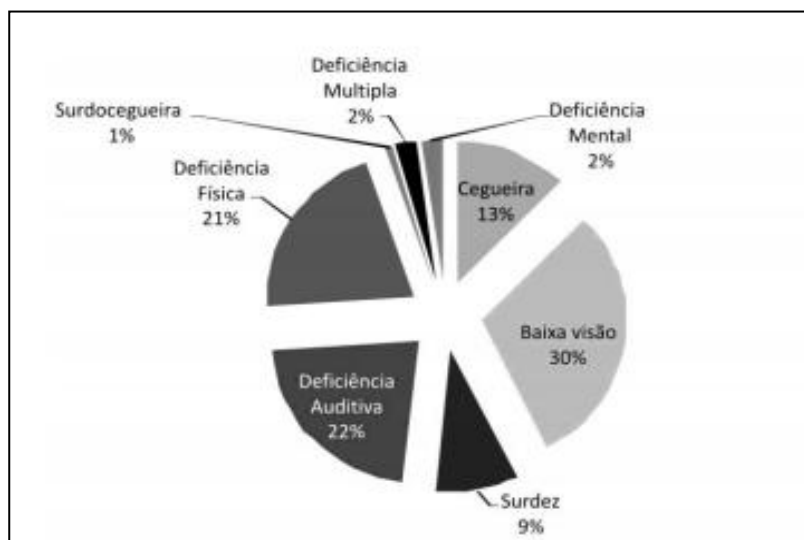
Estatísticas Básicas	Categoria Administrativa					
	Total Geral	Pública				Privada
		Total	Federal	Estadual	Municipal	
Educação Superior - Graduação						
Instituições	2.416	304	103	116	85	2.112
Cursos	31.866	10.905	5.978	3.679	1.248	20.961
Matriculas de Graduação	7.037.688	1.897.376	1.087.413	625.283	184.680	5.140.312
Ingressos (todas as formas)	2.747.089	547.897	334.212	152.603	61.082	2.199.192
Concluintes	1.050.413	*237.546	111.165	96.374	30.007	812.867

Fonte: Censo da Educação Superior, 2012.

E qual o espaço da inclusão no 3º grau? Quais os avanços?

O Censo da Educação Superior de 2009 divulgou que 0,34% (aproximadamente 20000 alunos de graduação) são portadores de deficiência, prevalecendo a baixa visão, deficiência auditiva e físicas, conforme gráfico 2.

Gráfico 2 – Tipo de Deficiência por alunado na Educação Superior em 2009



Fonte:Censo da Educação Superior, 2009.

No que se refere à inclusão do graduando com deficiência, o censo de 2010 não traz dados em seu resumo técnico, porém no censo de 2011 existe menção a alterações de nomenclatura e inclusão de tipos de deficiência, conforme tabela 3.

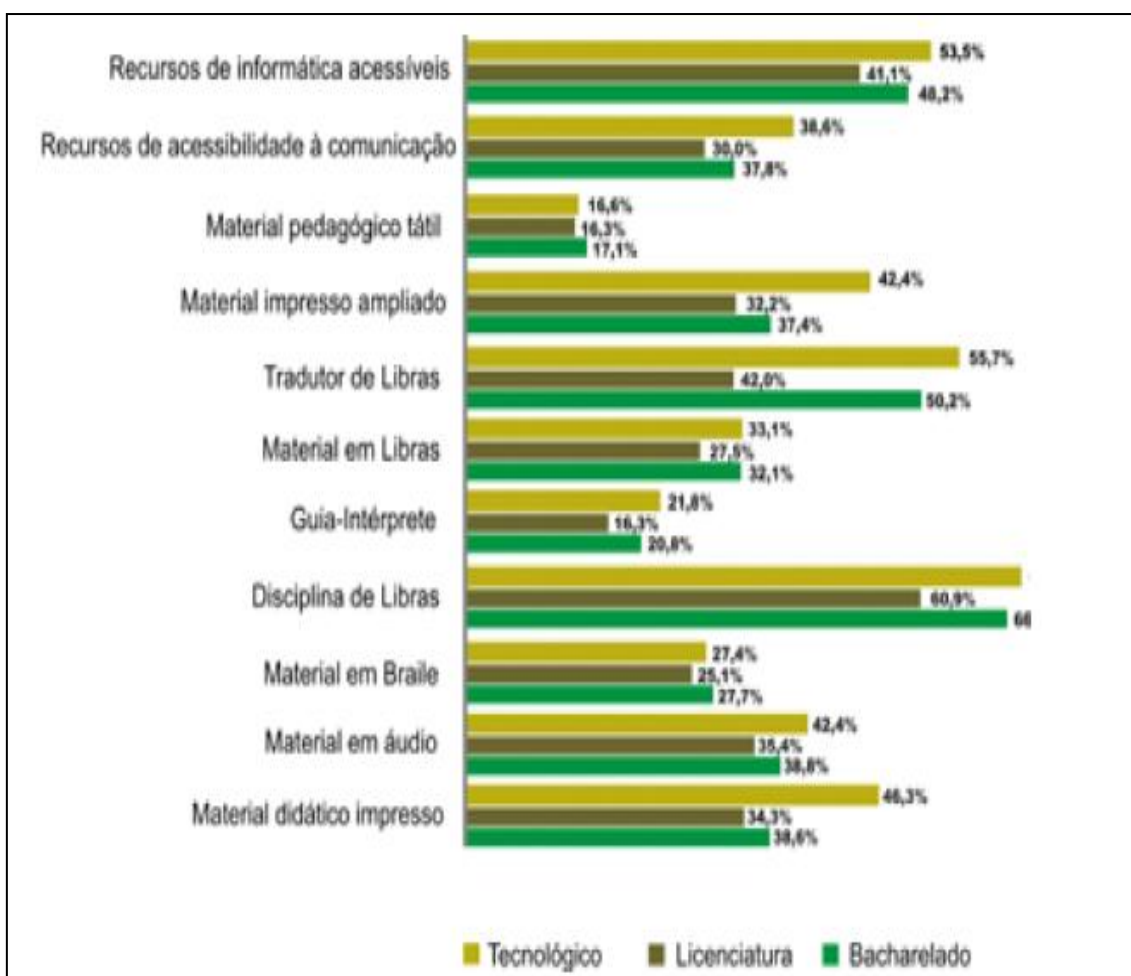
Tabela 3 – Alterações por Tipo de Deficiência no Censo 2010-2011

Censo 2010	Censo 2011
Tipo de Deficiência	Tipo de Deficiência, Transtorno Global do Desenvolvimento ou Altas Habilidades/Superdotação
Cegueira	Cegueira
Baixa visão	Visão Subnormal ou Baixa visão
Surdez	Surdez
Deficiência auditiva	Deficiência auditiva
Deficiência física	Deficiência física
Surdocegueira	Surdocegueira
Deficiência múltipla	Deficiência múltipla
Deficiência intelectual/mental	Deficiência intelectual/ Autismo Infantil/ Síndrome de Asperger/ Síndrome de Rett/ Transtorno Desintegrativo da Infância t

Fonte:Censo da Educação Superior, 2011.

Outro dado interessante no censo 2011, refere-se ao fato de que 80% dos cursos de graduação apresentam condições de acessibilidade, ou seja, tecnologia assistiva para o atendimento da pessoa com deficiência, contudo as porcentagens mostram que cursos tecnológicos estão ligeiramente mais preparados que licenciaturas e bacharelados, conforme gráfico 3.

Gráfico 3 – Tipo de Tecnologia Assistiva nas ênfases dos cursos da Educação Superior em 2011.



Fonte: Censo da Educação Superior, 2011.

Novamente, não há estatísticas sobre o ingresso de pessoas com deficiência no censo 2011 e 2012, porém como mencionado anteriormente o tema inclusão é parte integrante da pesquisa. Por quê?

Apesar da falta de dados específicos sobre a inclusão no ensino superior, é sabido que há um crescimento considerável no número de matrículas no 3º grau e sem sombra de dúvidas a parcela da sociedade com deficiência se incluiu para este aumento. A

afirmação anterior baseia-se nos indicativos do programa Incluir (item 4.1) e define a inclusão no nível superior como:

A inclusão das pessoas com deficiência na educação superior deve assegurar-lhes, o direito à participação na comunidade com as demais pessoas, as oportunidades de desenvolvimento pessoal, social e profissional, bem como não restringir sua participação em determinados ambientes e atividades com base na deficiência. Igualmente, a condição de deficiência não deve definir a área de seu interesse profissional. Para a efetivação deste direito, as IES devem disponibilizar serviços e recursos de acessibilidade que promovam a plena participação dos estudantes. (MEC, 2013, p. 11)

4.1 PROGRAMA INCLUIR

O Programa Incluir - Acessibilidade na Educação Superior (PI) foi criado em 2005 com o objetivo de propiciar a criação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais, vislumbrando o cumprimento dos dispositivos legais, em especial a Portaria nº 3284/2003, que asseguram o direito à inclusão em todos os níveis educacionais.

A missão dos núcleos de acessibilidade está baseada nos eixos: infraestrutura, programas de extensão, currículo, comunicação e informação e programas de pesquisa.

De acordo com o documento orientador (MEC, 2013, p. 3) a inclusão é traduzida como eliminação das barreiras pedagógicas, arquitetônicas e na comunicação e informação para graduandos e pós-graduandos, servidores e docentes com e sem deficiências.

No período de 2005 a 2011 a captação de recursos para execução do Programa nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), foi realizada mediante aprovação de projetos encaminhados pelas universidades à Secretaria de Educação Superior do Ministério de Educação (SESU/MEC). Os projetos deveriam versar sobre os itens: adequação arquitetônica ou estrutural de espaço físico reservado à instalação e funcionamento da instituição, adequação de sanitários, alargamento de portas e vias de acesso, construção de rampas, instalação de corrimão e colocação de sinalização tátil e visual, aquisição de mobiliário acessível, cadeira de rodas e demais recursos de tecnologia assistiva, formação de profissionais para o desenvolvimento de práticas educacionais inclusivas e para o uso dos recursos de tecnologia assistiva, LIBRAS e outros códigos de linguagens.

A partir de 2012 os recursos são destinados diretamente às instituições, mediante o número de alunos com deficiência atendidos no semestre anterior, com o intuito de formalizar as ações afirmativas para inclusão.

O MEC (2012) divulgou a seguinte notícia:

No orçamento de 2013, o governo federal vai destinar R\$ 11 milhões a universidades federais para adequação de espaços físicos e material didático a estudantes com deficiência, por meio do programa Incluir, e entre 2013 e 2014 abrirá 27 cursos de letras com habilitação em língua brasileira de sinais (Libras) nas universidades federais, além disso, o Instituto Nacional de Educação de Surdos (Ines) vai ofertar mais 12 cursos de educação bilíngue (português-libras) a partir de 2014 e a abertura de 229 vagas de professores e 286 de técnicos administrativos.

4.1.1 Programa Incluir na UFRGS

A UFRGS ainda não implementou o Programa Incluir como núcleo de acessibilidade, porém está preparando-se para tal, através dos recursos captados em 2012 de R\$ 115.432,00, para a execução do “Projeto Constituição do Núcleo de Acessibilidade da UFRGS: modernizando os espaços e incluindo pessoas”.

Atualmente, o programa é formado por um técnico, dois professores coordenadores e dois bolsistas, e futuramente será vinculado à nova Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), a antiga Secretaria de Assuntos Estudantis (SAE). Apesar de não ser um núcleo formalizado, os serviços prestados estão sendo pensados como e para tal. O público alvo são professores, servidores e graduandos com deficiência e professores sem deficiência e os serviços disponibilizados são:

- Ledor escrevente;
- Guia vidente para deslocamento pelo campus;
- Transcrição artesanal para Braille
- Impressão em Braille e ampliado de materiais didáticos (incluem-se eventos);
- Softwares leitores e ampliadores de tela e lupas eletrônicas;
- Articulações com diversos setores da universidade para pensar as questões de acessibilidade;
- Tradutor-Intérprete de Libras
- Parcerias com outras universidades para busca de materiais e eventos;
- Intervenções arquitetônicas nos campi;
- Contato com as comissões de graduação e pós-graduação;
- Contato com os alunos com deficiência, após aprovação no vestibular.

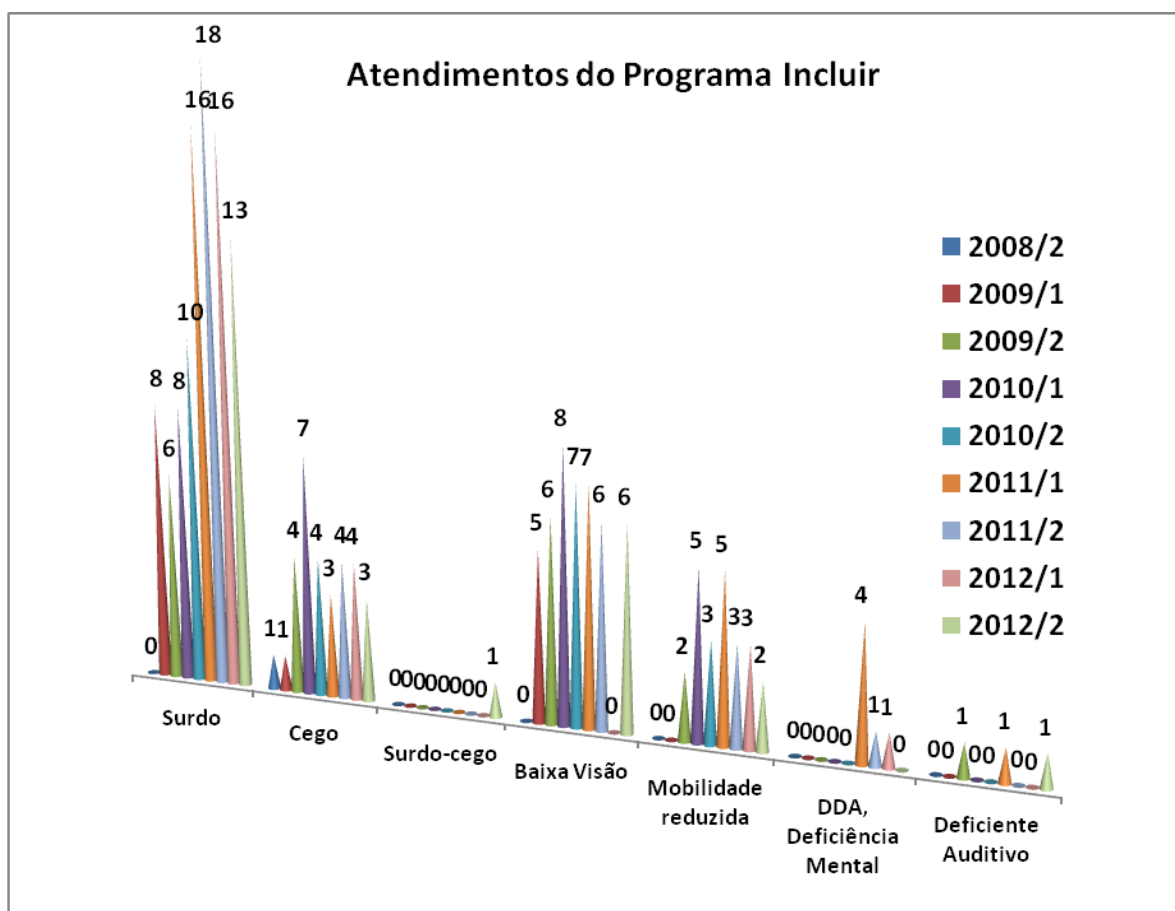
O Programa Incluir atende as necessidades de pessoas com deficiência visual, surdez, usuários de Libras e pessoas com mobilidade reduzida, ressaltando que estas são as deficiências mais comuns dos ingressantes nesta universidade.

Conforme os registros do PI nunca foi estabelecido contato com a COMGRAD da Química com a intenção de atender graduandos/pós-graduandos no IQ, pois não houve ingressantes com deficiências até o presente momento.

Importante ressaltar que as articulações citadas anteriormente envolvem a extensão, graduação e Programas de Aperfeiçoamento de Professores (PAP), como por exemplo: Curso de Graduação Letras habilitação em LIBRAS na modalidade de ensino a distância (EAD), em convênio com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), encaminhamento de intérpretes de LIBRAS para as turmas de LIBRAS da graduação em que atuam professores surdos e disponibilização de cursos de LIBRAS para servidores da universidade ministrados por professores surdos e ouvintes, sendo este uma parceria com a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGESP) e Faculdade de Educação (FACED).

No gráfico 4 e tabela 4 apresento a evolução no atendimento das deficiências e as tecnologias utilizadas até 2012/2.

Gráfico 4 – Análise Quantitativa do atendimento pelo Programa Incluir (adaptado)



Fonte: Relatório de Autoavaliação do Programa Incluir, 2012.

Tabela 4 – Análise Qualitativa do atendimento pelo Programa Incluir (adaptado)

Condição	Serviços Utilizados
Surdo	Tradutor-Intérprete de Língua Brasileira de Sinais
Cego	Digitalização de textos, guia, impressões em Braille, articulações para adaptações arquitetônicas, leitor transcritor, orientações aos professores.
Surdo-cego	Equipamento de som em sala de aula e material ampliado.
Baixa Visão	Digitalização e ampliação de textos, guia, articulações para adaptações arquitetônicas, lupa eletrônica, leitor transcritor, orientação aos professores, orientação quanto à instalação e uso de softwares leitores e/ou ampliadores de tela ao aluno. *Há um aluno que utiliza o serviço de Tradutor Intérprete de Libras (TILS) por ter a disciplina de Libras na grade curricular.
Mobilidade reduzida	Digitalização e ampliação de textos, impressões ampliadas em tinta, leitor transcritor e articulações para adaptações arquitetônicas e acesso temporário ao estacionamento.
Deficiente Auditivo	Oralização e tradução-interpretação de leitura labial

Fonte: Relatório de Autoavaliação do Programa Incluir, 2012.

Apesar de estar presente há cinco anos nesta IFES, o programa precisa de ajustes para abranger e disponibilizar informação de qualidade, tais como:

- Não há servidores brailistas e revisores braile para autenticar a produção de materiais didáticos e contribuir na criação de novos materiais para realidade do deficiente visual. Com o intuito de minimizar este impasse desde 2008 bolsitas são treinados e em 2012 duas intérpretes contratadas, porém foi aprovado concurso público para provimento de quatro vagas de servidores especializados em braile para 2014.
- Necessidade de uma equipe multidisciplinar especializada.
- Pouca divulgação nas Comissões de Graduação - COMGRAD em função do número pequeno de técnicos.
- O programa atuava em três postos de atendimento pelo campus centro e assim a organização e informação era descentralizada. Atualmente, a “sede” do programa está situada no prédio Anexo III da Reitoria da UFRGS.
- As intervenções arquitetônicas são realizadas em parceria com a Superintendência de Infraestrutura (SUINFRA) e Prefeitura Universitária, somente através de

encaminhamento da demanda apontada pela pessoa com deficiência. Não há proatividade para sanar as barreiras arquitetônicas.

- Os alunos aprovados recebem um e-mail com informações do programa, mas é responsabilidade dos mesmos procurá-los e assim solicitar tecnologias que auxiliem na inclusão.

Desde 2008 a maior parcela dos investimentos destina-se para aquisição de maquinário, materiais e mobiliários, pois o programa iniciou com grande déficit desses dificultando o atendimento às pessoas com deficiência, porém a aquisição é lenta (vide tabela 5) devido aos trâmites burocráticos.

Em 2012, investiu-se R\$ 7.864,00 para aquisição e adaptação da sala do Programa Incluir com sete estações de trabalho, espaço para impressora Braille e depósito de materiais produzidos ou adquiridos e R\$ 15.720,00 para capacitação e formação de vinte profissionais na oficina de escrita/tradução de textos acadêmicos do Português para LIBRAS, LIBRAS para o Português e Normas da ABNT e de treze profissionais na Capacitação para Tradutores Intérpretes de LIBRAS: sinais internacionais, tradução oral e estudos da tradução, expressão facial e corporal, ambos executados em 2012.

Tabela 5 – Histórico de bens adquiridos do Programa Incluir (adaptado)

Materiais	Quantidade	Status
Filmadora	1	Adquirido em 2010
Gravador de voz	1	Adquirido em 2010
Máquina fotográfica digital	1	Adquirido em 2010
Impressora multifuncional	1	Adquirido em 2011
Mobiliário para as salas	1	Adquirido em 2011
Software sintetizador de voz	1	Adquirido em 2011
Softwares ampliadores de tela	2	Adquirido em 2011
Licenças para softwares	15	Adquirido em 2012
Notebook e Computadores	4	Adquirido em 2012
VAPD:Aparelho para vídeo conferência	1	Adquirido em 2013
Amplificador automático que facilita a leitura para pessoas com baixa visão para uso em bibliotecas	36	Aquisição para anos subsequentes
Regletes com prancheta	30	Adquirido em 2012

Fonte: Relatório de Autoavaliação do Programa Incluir,2012.

Enfim, o papel do futuro Núcleo de Acessibilidade na UFRGS é de suma importância para que a Universidade rompa com as barreiras atitudinais e arquitetônicas com vistas à educação inclusiva no Ensino Superior. Os avanços do programa dentro da instituição, através dos recursos financeiros e postura inclusiva consciente, estão promovendo com qualidade as ações afirmativas de acessibilidade, inclusão, autonomia e direitos das pessoas com deficiência.

5 METODOLOGIA

A presente pesquisa é de cunho qualitativo, estruturada como estudo de caso, metodologia muito utilizada nas ciências sociais. Conforme Azeredo, Pinto, Silva (2005, p. 5): “o estudo de caso permite que o profissional observe, entenda, analise e descreva uma determinada situação real, adquirindo conhecimento e experiência que podem ser úteis na tomada de decisão frente a outras situações”.

O veículo de coleta de dados escolhido para representá-lo foi o questionário, sendo este aplicado aos oitenta e quatro docentes do IQ.

Segundo Amaro, Póvoa, Macedo, ([200-?], p. 4):

Embora nem todos os projectos de pesquisa utilizem o questionário como instrumento de recolha e avaliação de dados, este é muito importante na pesquisa científica, especialmente nas ciências da educação. Construir questionários não é, contudo, uma tarefa fácil, mas aplicar algum tempo e esforço na sua construção pode ser um factor favorável no “crescimento” de qualquer investigador.

O questionário foi elaborado para abranger três categorias de dados com a intenção de avaliar o panorama no IQ em relação à inclusão/acessibilidade no ensino superior: Docência, Experiência com as deficiências, Opinião sobre acessibilidade.

Mas por que estas categorias? A priori intencionei relacionar experiência com deficiências e tempo de docência para, possivelmente, justificar ausência ou não de conhecimento sobre a temática. Por exemplo, o professor X não trabalhou com alunos com deficiência por se recente no IQ ou por que nenhum aluno foi matriculado em sua disciplina? Como descobrir? Questionando-o sobre tempo de docência e opinião sobre inclusão/acessibilidade.

De acordo com Amaro, Póvoa, Macedo ([200-?], p. 7):

Na elaboração de um questionário é importante, antes de mais nada, ter em conta as habilitações do público-alvo a quem ele vai ser administrado. É de salientar que o conjunto de questões deve ser muito bem organizado e conter uma forma lógica para quem a ele responde, evitando as irrelevantes, insensíveis, intrusivas, desinteressantes, com uma estrutura (ou formato) demasiado confusos e complexos, ou ainda questões demasiado longas.

A aquisição de dados foi realizada aplicando-se questionário on-line com os 84 docentes do Instituto de Química da UFRGS. Os participantes tiveram quinze dias para respondê-lo e, durante este prazo, novo e-mail foi disparado ressaltando a importância do preenchimento da pesquisa e cumprimento do prazo.

A distribuição digital, ferramenta Google docs, propiciava que todos respondessem ao questionário anonimamente, porém o retorno foi de somente 34% da população (29 indivíduos), o que pode ser justificado por problemas de incompatibilidade com o servidor da universidade e a extensão do documento, caixas de e-mail lotadas e encaminhamento para Spam, impossibilitando a devolução da pesquisa ou conhecimento da mesma.

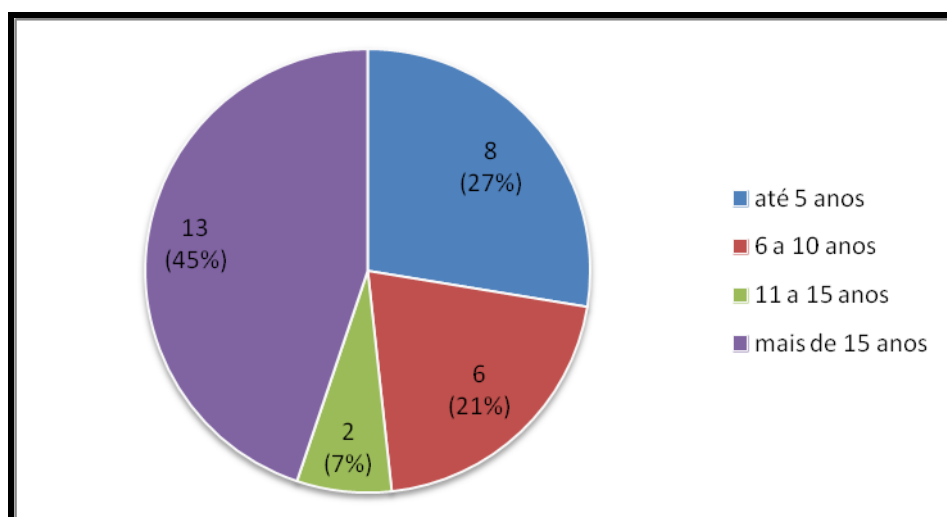
O questionário é do tipo misto, ou seja, contém questões fechadas que direcionam o participante e questões abertas que proporcionam maior liberdade e profundidade ao investigado. Contudo, a eficiência da análise do veículo aplicado depende da proponente do questionário e da fidedignidade do público-alvo. (APÊNDICE)

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados obtidos foram analisados de acordo com as três categorias em que as perguntas do instrumento de coleta de dados foram divididas, porém a análise da questão aberta contida na categoria três (opinião sobre acessibilidade) demandou subcategorização devido à complexidade das opiniões disponibilizadas pelos docentes.

No que se refere à Docência, a maioria dos professores que responderam a pesquisa (52%) informaram ter mais de dez anos de experiência docente no ensino superior, como mostra o gráfico 5. A caracterização por tempo de docência revela um grupo experiente na prática docente e indica a maior probabilidade do professor ter trabalhado com graduandos com deficiência.

Gráfico 5 – Qual o tempo de docência no Instituto de Química da UFRGS?



Em relação à categoria de experiência com as deficiências, os resultados obtidos, apresentados no gráfico 6, mostram que aproximadamente a metade dos professores que responderam a esta pergunta já tiveram alguma experiência em dar aula para alunos com deficiência ou alguma condição especial.

No gráfico 7 exemplifica-se os tipos de deficiências ou condições especiais que aproximadamente 50% dos docentes afirmou ter trabalhado.

Gráfico 6 – Neste tempo, já teve a experiência em dar aula numa turma que tivesse um aluno com deficiência ou em condições especiais?

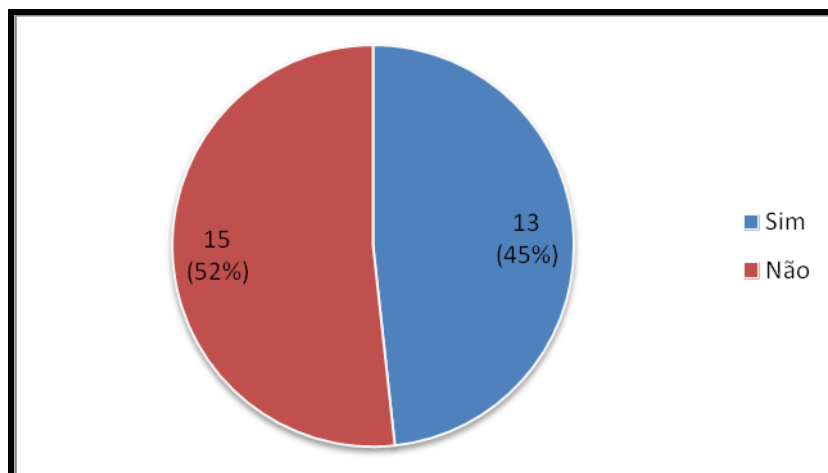
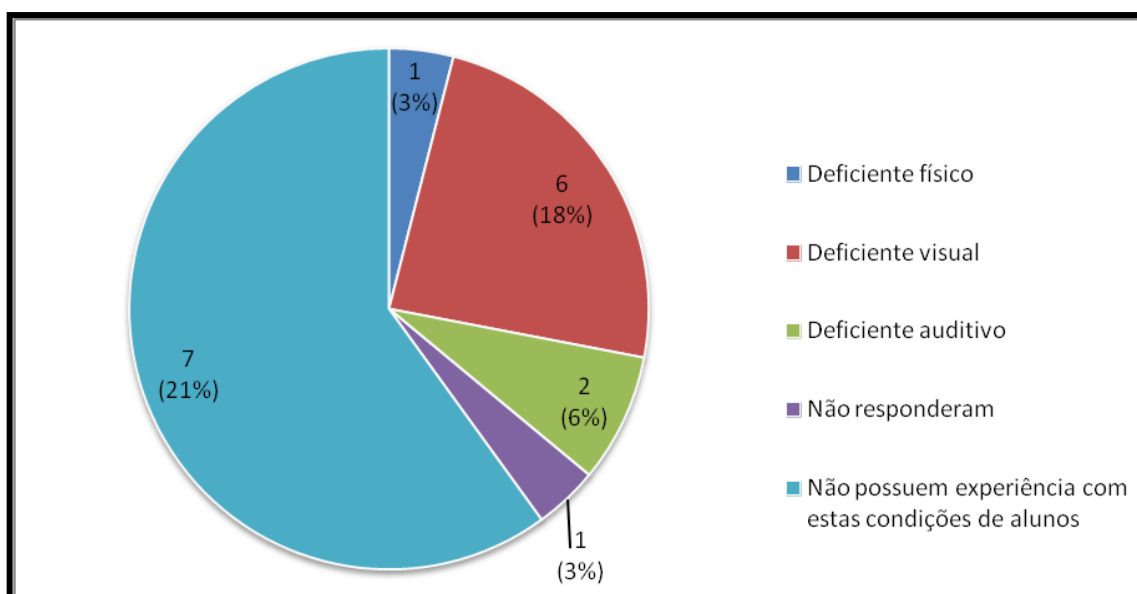


Gráfico 7 – Caso a resposta da pergunta anterior tenha sido SIM, aponte a deficiência ou condição especial.



Verifica-se que os alunos com deficiência visual foi o mais citado seguido por deficiência auditiva, respectivamente com 18% e 6%. Destaca-se que as porcentagens referentes a alunos estrangeiros e indígenas (condições especiais) foram excluídas do gráfico por não ser foco deste trabalho, apesar de constarem no questionário.

O termo “condições especiais” refere-se a recursos, tecnologias, comportamentos necessários para atender e incluir todos e quaisquer alunos que ingressem na universidade. Alunos estrangeiros e indígenas foram contemplados neste questionário no status de aluno em condições especiais, pois no momento da elaboração do mesmo

tomamos em conta os índices trazidos pelo programa incluir no IQ, ou seja, de que não havia pessoas com deficiência. Assim estas duas categorias foram incluídas, pois se entendeu que era importante ter algum dado para posterior discussão em relação à acessibilidade. Mas qual não foi a surpresa quando os questionários começaram a chegar e as deficiências alvo deste trabalho estavam sendo apontadas.

Cabe ressaltar que estes números não estão de acordo com os de registros do Programa Incluir, pois o mesmo só atende a demanda dos graduandos que os procuram, ou seja, se um aluno não se sente a vontade ou não vê a necessidade do uso dos recursos do programa, perde-se o histórico do ingresso e permanência deste aluno na universidade. Também é possível relacionar com o fato da pergunta não ter sido clara em relação à especificidade da experiência no IQ, ou seja, pode ser que alguns professores tenham trabalhado com pessoas com deficiência em outras instituições.

Em relação à categoria de análise Opinião sobre acessibilidade, os professores em sua grande maioria responderam que esperam mais capacitação/formação e orientação para atuarem numa educação inclusiva (gráfico 8), sendo que 76% informam que nunca fizeram capacitações relativas a esse tema, mas consideram importante a sua realização (gráfico 9). Apesar da expectativa, verifica-se que, na sua maioria, não receberam nenhum tipo de formação institucional a partir do IQ ou da UFRGS e nem fora dela. Aqui vale a pena destacar que existem formações oferecidas pela Universidade e também por alguns dos Institutos (mas esse não é o caso do IQ), entretanto sua divulgação nem sempre atinge o público desejado. Isso pode justificar o fato de 72% dos professores terem respondido (gráfico 10) que desconheciam a existência de setores de suporte ao professor e aluno para o atendimento a alunos com deficiência.

Gráfico 8 – Em sua opinião, quais são as demandas genéricas necessárias ao professor para atender o graduando com deficiência ou em outras condições? Marque quantas alternativas achar necessário.

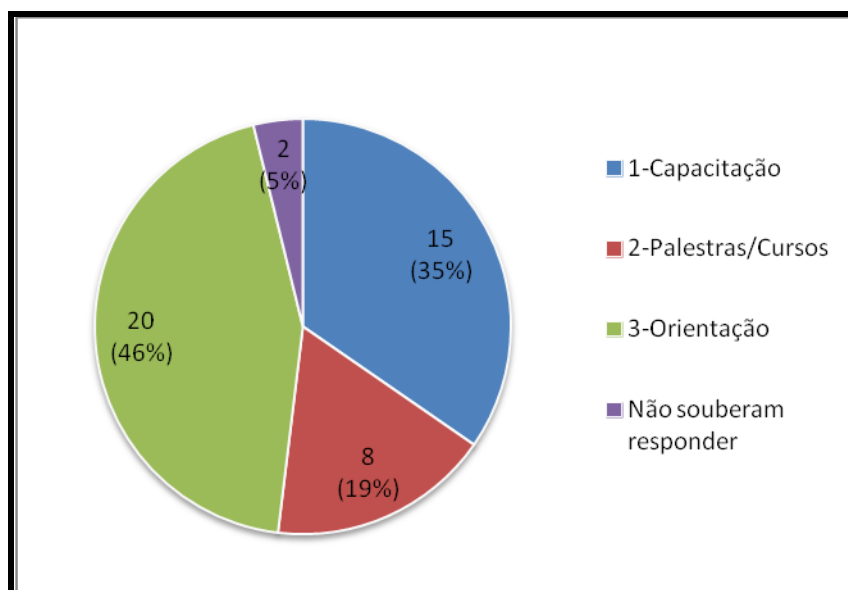


Gráfico 9 – Você já participou de cursos de capacitação referentes a acessibilidade dentro ou fora da UFRGS?

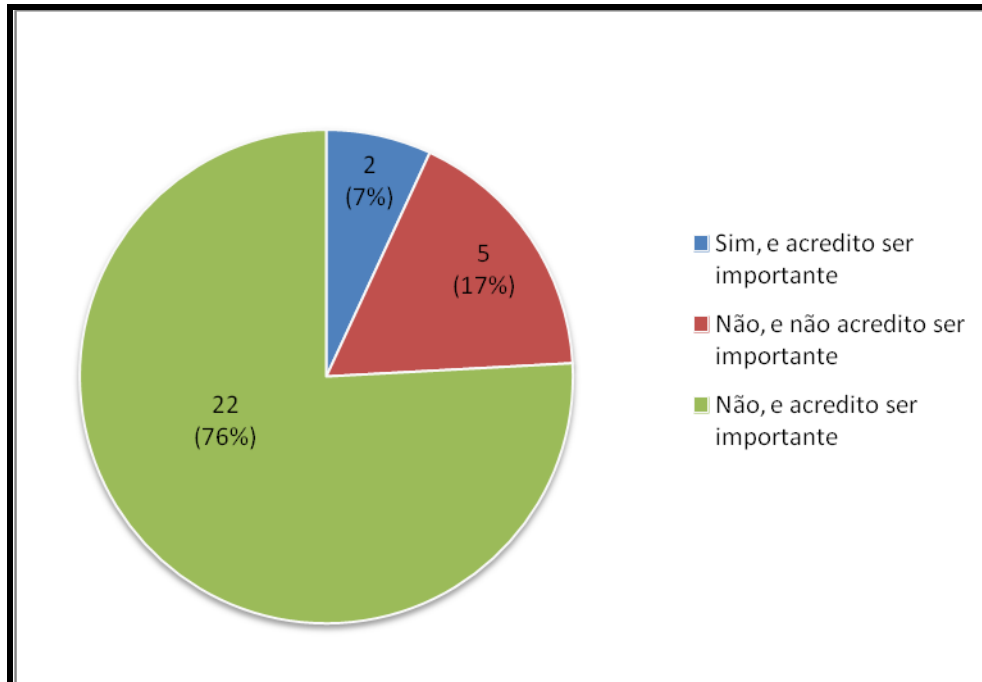
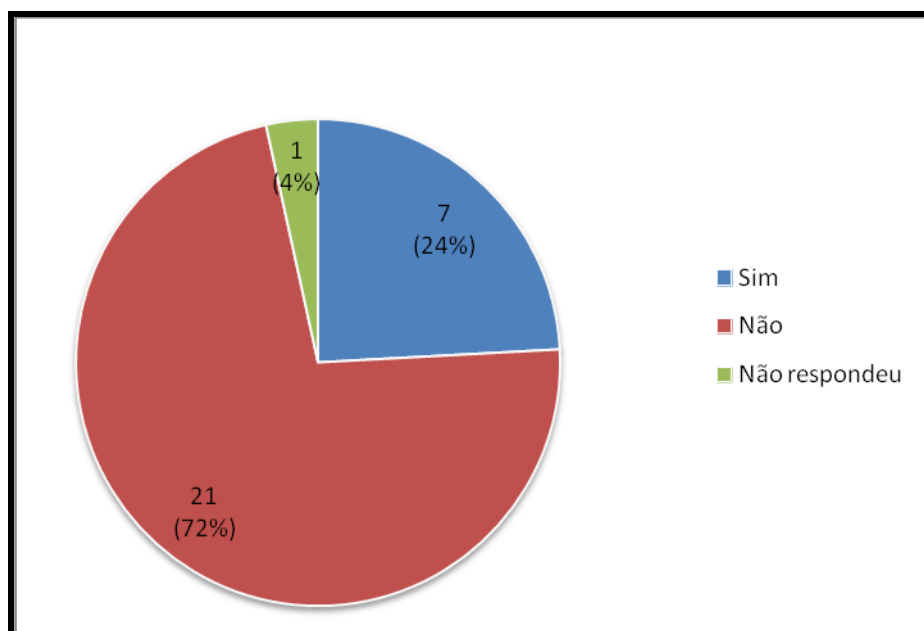


Gráfico 10 – Você conhece algum setor que forneça suporte a professores/alunos na universidade ou IQ?



Por outro lado, é surpreendente constatar que uma parcela significativa do corpo docente do Instituto de Química (17%) que responderam aos questionários, representantes da melhor universidade do Brasil⁴, não julgue que a capacitação seja importante para atender e conhecer as necessidades para inclusão do graduando com deficiência em todos os níveis.

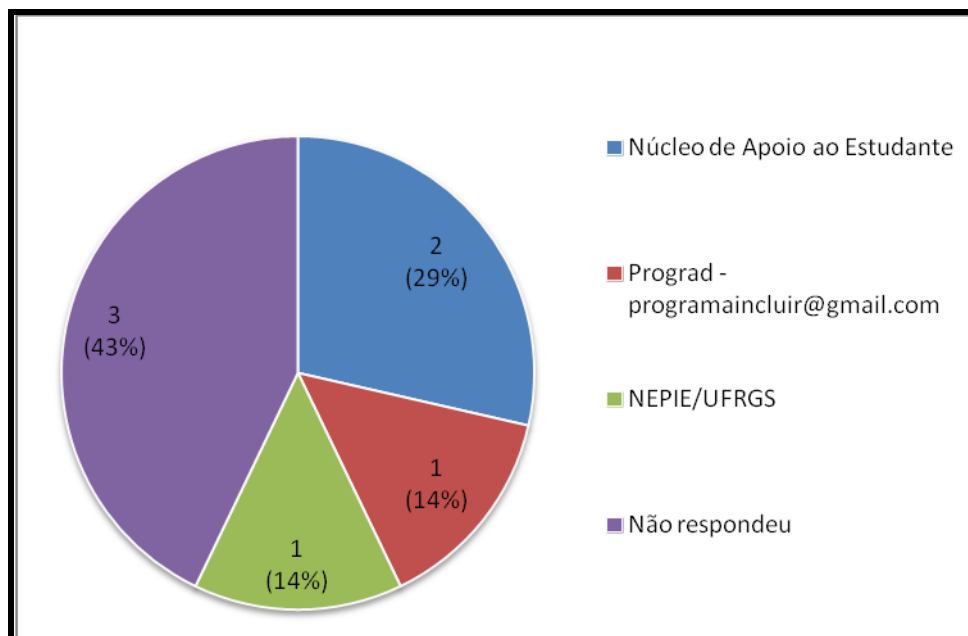
A perspectiva sobre conhecimento dos setores que poderiam atender alunos com deficiência também demonstra falta de conhecimento ou desalinhamento da estrutura da UFRGS, pois 72% dos entrevistados o desconhecem, conforme se verifica no gráfico 10.

O gráfico 11 mostra os setores indicados pelos docentes como capazes de fornecer suporte para os alunos com deficiência. Apenas um professor citou o NEPIE- Núcleo de Estudos em Políticas de Inclusão Escolar. Esse núcleo investiga a área da Educação, com ênfase nos sujeitos com necessidades educativas especiais e nos processos inclusivos. Dois professores citaram o NAE – Núcleo de Apoio ao Estudante: é um espaço para todos os estudantes da UFRGS que buscam orientação de carreira e um auxílio na sua caminhada acadêmica e profissional, não sendo específico para o tratamento de questões ligadas à inclusão. E outro professor citou a PROGRAD – Pró-

⁴ Conforme IGC- INEP-2012.

Reitoria de Graduação. Mas o Programa Incluir não faz parte da estrutura da PROGRAD e aparece na página eletrônica apenas como “LINKS DE INTERESSE”.

Gráfico 11 – Caso a resposta anterior seja positiva, indique o nome do setor.



A subcategorização da categoria três será apresentada abaixo, conforme explicação no início desse capítulo.

A grande maioria, 34% dos docentes que responderam a pesquisa, apoia a inclusão no ensino superior, como mostram as seguintes afirmações:

- *Na minha opinião qualquer aluno que demonstrar possuir capacidade e conhecimentos suficientes para ingressar no curso de química da UFRGS, o que é avaliado por processo seletivo apropriado, deve ter acesso ao curso, independente de ser portador ou não de deficiência.* (Professor 1)
- *A inclusão de alunos com necessidades especiais no ensino superior é bem-vinda e a universidade deve estar preparada para a realização de seu compromisso de atender todas as parcelas da população de maneira eficiente.* (Professor 6)
- *Sou plenamente favorável ao ingresso desses estudantes. A universidade tem que se preparar para esses desafios.* (Professor 8)
- *O ingresso dos alunos no ensino superior é uma conquista, para toda a sociedade, por integrar e profissionalizar pessoas que na maioria das vezes possuem capacidades cognitivas e habilidades, para diversas profissões.* (Professor 13)

Mas esses mesmos professores afirmam que a UFRGS e o IQ ainda não estão adequados para essa iniciativa, como se pode verificar nas seguintes afirmações:

- *Nossas universidades federais, na maioria, não apresentam infraestrutura adequada e corpo docente preparado. No meu caso, já trabalhei com um aluno que não tinha parte do membro superior, e ele cursou a disciplina de química geral experimental recebendo as mesmas orientações e utilizando os mesmos procedimentos, na medida do possível, que os seus colegas. De certa forma, penso que é um exercício de superação, e que realmente ele deverá personalizar os procedimentos em laboratório, como deve vir fazendo no decorrer de sua vida.* (Professor 13)

- *Seria interessante haver um setor que tratasse da inclusão desses alunos.* (Professor 25)

- *Penso que temos que fazer prova de bom senso, dependendo dos casos, monitores individuais deveriam ser incluídos para adaptar tanto a participação do deficiente de que a preparação de material especial. Hoje o professor mal tem tempo para executar e atualizar as tarefas de rotinas. Impossível por exemplo preparar um material sonoro, ou visual para deficientes.* (Professor 22)

Por outro lado, há quem considere que o trabalho com química em laboratório envolva certas habilidades e que isso pode limitar a possibilidade de atuação de uma pessoa com deficiência, como se pode observar nos seguintes trechos:

- *Eu acho que, a todo o cidadão que passe no vestibular (claro que adaptado às suas condições), e tenha como exercer sua profissão deve ser garantido seu direito à educação superior. Acho que, assim como não posso ser bailarina ou jogador de futebol, algumas pessoas podem ter algum impedimento para exercerem sua profissão. Isso deve ser levado em consideração, pois a Universidade deve garantir o acesso à educação, mas não deve dar diploma ou deixar de avaliar um aluno, só porque é "especial". Ter esse tipo de conduta é a pior forma de discriminação.* (Professor 23)

- *Trabalhamos com gases tóxicos, solventes e compostos muito reativos os quais exigem cuidados especiais como boa visão, audição, destreza no manuseio dos materiais e equipamentos, inclusive força física (condução de cilindros de gases, ou em emergências manusear baldes de areia, extintores de incêndio, entre outros). Na*

música, os pré-requisitos são conhecimento profundo de alguns instrumentos e partituras, e é assim em outros [cursos]. (Professor 18)

Outros pontos foram levantados pelos professores e, para melhor analisar esses aspectos, eles foram divididos em categorias.

Categoria: ADAPTAÇÃO DE MATERIAIS

Os relatos descrevem a dificuldade do professor na preparação de materiais adaptáveis e práticas em laboratório em função da falta de tempo, carga horária e orientação, como a seguinte resposta:

- *Bastante complicado receber estes alunos nos modelos atuais de ensino e carga horária de professores. (Professor 21)*

Um comentário em especial me fez refletir sobre a formação dos professores na perspectiva da educação inclusiva:

- *No entanto, não entendo como um aluno com deficiência vai realizar uma aula prática de laboratório. (Professor 9)*

O trecho anterior pode revelar despreparo por parte de alguns docentes, pois o papel do professor é incentivar, fazer o outro ultrapassar seus limites e antes mesmo de iniciar essa trajetória, os pré-conceitos ocuparam um lugar de maior destaque.

O uso de instrumentos de laboratório, como pipetas e buretas por alunos cegos também foi questionado, pois os professores consideram que a visão é primordial para a leitura destes. Apontam também aspectos relacionados à segurança no laboratório. É o que se verifica, por exemplo, nas seguintes respostas:

- *Penso que no curso de química muitos tipos de deficiências podem realmente impedir de ter uma formação completa que inclua as aulas práticas. Em relação ao conteúdo teórico, imagino que seja possível. (Professor 22)*

- *Entendo que cada profissão tenha alguns pré-requisitos básicos. Na área de química, a qual envolve risco de morte. Por exemplo, nos cursos mais avançados e na pesquisa trabalhamos com gases tóxicos, solventes e compostos muito reativos os quais exigem cuidados especiais como boa visão, audição, destreza no manuseio dos materiais e equipamentos, inclusive força física (condução de cilindros de gases, ou em emergências manusear baldes de areia, extintores de incêndio, entre outros). Na*

música, os pré-requisitos são conhecimento profundo de alguns instrumentos e partituras, e é assim em outros. Assim, vejo com muita cautela até mesmo para a licenciatura em química pois, como profissional, terá que ensinar os procedimentos que são padrão de segurança e periculosidade para sua classe de estudantes. (Professor 18)

- *Considero que os alunos com deficiência ou com condições especiais podem e devem ingressar em cursos superiores. Entretanto, considero que a deficiência ou condição especial deve guardar alguma compatibilidade com o curso que o aluno deseja fazer. Por exemplo, considero muito difícil e até perigoso que um aluno com deficiência visual faça um curso que tenha aulas práticas de Química, pois os experimentos dependem muito de visualização dos fenômenos e de leituras em equipamentos (como buretas e pipetas, por exemplo), que uma pessoa com deficiência visual não conseguirá realizar. Além disso, pelo fato de não enxergar, poderá se expor a riscos no manuseio de substâncias químicas em laboratório. Acredito que os experimentos, em alguns casos, até podem ser adaptados, mas não se pode deixar de realizá-los, sob pena de o químico assim formado vir a ter, além da dificuldade inerente à sua condição de deficiência, a lacuna de conhecimento em diversas áreas da Química, pelo fato de não conseguir realizar as atividades experimentais. (Professor 15)*

Esses trechos de respostas mostram que, de fato, seria muito importante que a UFRGS promovesse cursos de capacitação, nos quais além dos aspectos gerais relacionados com a inclusão de pessoas com deficiência, fossem também trabalhados os aspectos específicos das diversas profissões. No caso da Química, seria fundamental que uma capacitação envolvesse equipamentos e técnicas de laboratório, pois existem inúmeras tecnologias que auxiliam na adaptação da instrumentação, como vocalizadores, etiquetas coladas em braile nas vidrarias e sensores. Novamente, uma questão de conhecimento sobre tecnologia assistiva e orientação na produção de materiais fornecida pelo Programa Incluir poderia promover a acessibilidade. Recursos financeiros também podem ser um fator determinante, mas acredito que parcerias com segmentos da própria Universidade resolveriam o problema pontualmente. E cabe lembrar que o ⁵governo liberará milhões diretamente para as universidades para atender os graduandos com deficiência.

⁵ Conforme notícia divulgada pelo MEC (vide citação na página 28).

Categoria: INFRAESTRUTURA:

O campus do vale de um modo geral não é acessível, e isto está de acordo com o trecho deste depoimento:

- *Principalmente, no Campus do Vale, temos grandes distâncias que devem ser vencidas para se chegar da parada de ônibus ou do estacionamento até as salas de aula. Mesmo os deficientes temporários (por lesão de membros inferiores) precisam despender grandes esforços para conseguirem participar das atividades regulares.”* (Professor 12)

O deslocamento até o IQ requer cuidado e pode restringir a independência da pessoa com deficiência. Chegando ao Instituto de Química o cenário pouco muda, pois não existe sinalização, rampas com altura adequada, elevadores, banheiros sinalizados e adaptáveis, mesa escolar adaptável a cadeira de rodas, bancadas no laboratório de altura adequada. Enfim, o mobiliário do IQ não é acessível e o entorno apresenta um déficit grande em termos de acessibilidade.

Hoje, um aluno cadeirante, por exemplo, não acessa o prédio administrativo do IQ, no qual se situa a sala da COMGRAD, pela porta recomendada, em virtude da existência de catraca para identificação. Já no Restaurante Universitário, ele entra pela porta dos fundos, pois na frente do prédio existem degraus e uma longa escadaria a ser vencida. Existe um banheiro adaptado no interior do prédio K, porém sem sinalização adequada, conforme ABNT 9050:2004.

Categoria: ADEQUAÇÃO

Depoimentos sobre a relação deficiência *versus* ocupação também vieram à tona como uma preocupação, sobre quais cursos seriam compatíveis com determinada deficiência, segundo os trechos:

- *Entretanto, considero que a deficiência ou condição especial deve guardar alguma compatibilidade com o curso que o aluno deseja fazer.* (Professor 15)
- *Depende de cada curso. Um aluno deficiente visual cursando Direito é diferente do mesmo aluno cursando Engenharia ou Medicina. É lamentável, mas alguns tipos de deficiência são incompatíveis com alguns cursos.* (Professor 11)

Nas leituras realizadas para desenvolvimento deste trabalho, por vezes encontrei depoimentos que se referiam a essa temática, mas nunca parei para refletir, e diante

deste argumento penso: as pessoas realmente acreditam que ser deficiente anula a consciência, concepção do que é possível ou não? Certamente, um deficiente visual jamais será cirurgião, mas certamente pode ser um pesquisador e agregar valor com pesquisas que o profissional da cirurgia utilizará. Existem limitações e a pessoa com deficiência sabe disso, porém é importante lembrar que a grande maioria das atividades e profissões pode ser exercida com adaptações de ambos os lados. No curso de química não é diferente, é possível incluir o aluno ou professor com deficiência desde que sejam respeitadas as limitações de sua deficiência, empenho nas ações para a inclusão e bom senso.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do trabalho foi alcançado, pois foi possível montar um panorama da inclusão no IQ/UFRGS, mas a pergunta correta a ser feita é: Para um começo de acessibilidade e inclusão no IQ, o que precisa ser melhorado?

A análise dos dados possibilitou a necessidade de orientação, palestras e cursos de capacitação tanto para formação do profissional quanto para desmistificação das limitações das deficiências para o ser humano.

Também se verificou que o maior problema para a inclusão são as referências culturais, enraizadas em nossas vidas desde a infância e que pouco a pouco estão sendo repensadas, em função de que o número de pessoas com deficiência cresce paralelamente com alcance de suas vozes.

Os investimentos governamentais crescem a cada ano, mas sem “um saber” consciente dos responsáveis pelos programas, núcleos e ações afirmativas nada mudará e o desperdício de dinheiro será imenso. O principal foco destas ações deve ser o incluir e não o “estar” em determinado segmento da sociedade.

Mais preocupante é a divulgação dentro da UFRGS sobre o Programa Incluir e os serviços prestados pelo mesmo, pois pouquíssimos docentes conhecem o PI e não existe articulação dentro da própria instituição. É necessário promover encontros entre as COMGRAD e o futuro núcleo de acessibilidade para divulgação dos índices, políticas, atualizações de leis e investimentos nessa área.

Enfim, a caminhada ainda é longa em busca de uma educação inclusiva efetiva, mas os passos dados até aqui significam uma mudança em movimento constante, que está firmando suas raízes. Não devemos ficar limitados somente ao ingresso do graduando com deficiência, pois isso já é direito adquirido por lei, mas efetivar a permanência deste no espaço escolar.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050:2004 - Acessibilidade a edificações, mobiliário na educação e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.
- AMARO, A.; PÓVOA, A.; MACEDO, L. **A arte de fazer questionário**. [200-?]. Dissertação (Mestrado em Química para o Ensino) – Universidade do Porto, Portugal, [200-?].
- AZEREDO, J.; PINTO, V.; SILVA, G. **Análise de um estudo de caso**. [200-?]. Dissertação (Mestrado em Química para o Ensino) – Universidade do Porto, Portugal, [200-?].
- BERSCH, R. **Introdução à tecnologia assistiva**. Porto Alegre: Centro Especializado em Desenvolvimento Infantil, 2008.
- BRASIL. **Constituição Federal**. 1988. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2013.
- _____. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999**. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm>. Acesso em: 24 ago. 2013.
- _____. **Decreto nº 5296 de 2 dezembro 2004**. Disponível em: <<file:///C:/UFRGS/Acessibilidade/D5296.htm>>. Acesso em: 18. ago. 2013.
- _____. **Emenda constitucional nº 12, de 17 de outubro de 1978**. Assegura aos deficientes a melhoria de sua condição social e econômica. Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/103897/emenda-constitucional-12-78>>. Acesso em: 24 ago. 2013.
- _____. **Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989**. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17853.htm>. Acesso em: 24 ago. 2013.
- _____. **Lei nº. 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/15692_71.htm>. Acesso em: 25 ago. 2013.
- _____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>>. Acesso em: 24 ago. 2013.

_____. **Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000.** Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110048.htm>. Acesso em: 24 ago. 2013.

_____. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Disponível em: <<http://www.mprs.mp.br/dirhum/legislacao/id148.htm>>. Acesso em: 24 ago. 2013.

_____. **Lei nº 10.172, de 9 de Janeiro de 2001.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm>. Acesso em: 24 ago. 2013.

_____. **Legislação brasileira sobre pessoa com deficiência.** 7. ed. Brasília: Câmara dos Deputados. 2013. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2521/legislacao_portadora_deficiencia_7ed.pdf?sequence=9>. Acesso em: 25 ago. 2013.

_____. **Portaria n.º 1.793, de dezembro de 1994.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port1793.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2013.

_____. **Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003.** Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2013.

_____. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001.** Institui Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em: 24 ago. 2013.

CHACON, M. C. M. **Formação de recursos humanos em educação especial:** respostas das universidades à recomendação de portaria ministerial nº 1.793, de 27 de dezembro de 1994. 2001. Tese (doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2001.

DUARTE, C. R. S; COHEN, R. **Afeto e lugar:** a construção de uma experiência afetiva por pessoas com dificuldade de locomoção. In: SEMINÁRIO ACESSIBILIDADE NO COTIDIANO, 2004. **Anais...** Versão em CD. Rio de Janeiro, 2004.

DUTRA, C. P. A política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva e a educação dos alunos surdos. **Virtual de Cultura Surda e Diversidade**, Rio de Janeiro, v. 3, p.128, nov. 2008. Disponível em: <<http://editora-arara-azul.com.br/novoeaa/revista/?p=128>>. Acesso em: 27 ago. 2013.

FERREIRA, S. B. L. **Alinhando os requisitos de usabilidade com as diretrizes de acessibilidade.** Projeto de Pesquisa. Unirio. [200-?]. Disponível em: <<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&ved=0CDQQFjAB&url=http%3A%2F%2Fwww2.uniriotec.br%2Fppgi%2Finformacoes-sobre-o-programa%2FMembers%2FSimone%2Fprojeto-de-pesquisa-201calinhando-os-requisitos-de-usabilidade-com-as-diretrizes-de->>

acessibilidade201d%2Fat_download%2Ffile&ei=nYGcUsHmJcPckQfOw4CwDg&usg=AFQjCNFRzvJV3g7S9EVPXwqxbwoFgDqz4Q&sig2=nCJqU1tCbPpey4EWKqXVkw&bvm=bv.57155469,d.eW0>. Acesso em: 02 dez.2013.

FURTADO, A. **Pessoas com deficiência:** informações sobre as pessoas com deficiência em Porto Alegre, por tipo de deficiência e por região de Orçamento participativo. Observa POA. Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu_doc/texto_completo_deficientes.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2013.

INCLUSÃO JÁ. **Em defesa do direito à educação inclusiva.** Disponível em: <<http://inclusaoja.com.br/legislacao/>>. Acesso em: 01 nov.2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 1991.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censodem/default_censo1991.shtm>. Acesso em: 28 ago. 2013.

_____. **Censo 2000:** características gerais da população. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/populacao/tabela_brasil.shtm>. Acesso em: 28 ago. 2013.

_____. **Censo 2000:** tabulação avançada. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/08052002tabulacao.shtm>>. Acesso em: 28 ago. 2013.

_____. **Censo 2010.** Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?view=noticia&id=1&idnoticia=2170&busca&t=censo-2010-numero-catolicos-cai-aumenta-evangelicos-espirtas-sem-religiao>>. Acesso em: 18 ago. 2013.

INSTITUTO INDIANÓPOLIS EDUCAÇÃO ESPECIAL. **Censo divulga o número de deficientes no Brasil.** Disponível em: <<http://www.indianapolis.com.br/noticia.php?id=58>>. Acesso em: 18 ago. 2013.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. **ISO 9999:2007 - Assistive products for persons with disability -- Classification and terminology.**

JANNUZZI, J.; JANNUZZI, N. Incidência de deficientes no Brasil segundo censo demográfico de 1991: resultados empíricos e implicações para políticas. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS DA ABEP, 11., 1998. São Paulo. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/PDF/1998/a243.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2013.

LENZI, M. B. **Os dados sobre deficiência nos censos demográficos brasileiro.** Nov. 2012. Disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/xviii/anais/files/ST35\[845\]ABEP2012.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/xviii/anais/files/ST35[845]ABEP2012.pdf)>. Acesso em: 28 ago. 2013.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO. **Catálogo Nacional de Produtos de Tecnologia Assistiva**. Disponível em: <<http://assistiva.mct.gov.br/cat/busca/0/>>. Acesso em: 01 nov. 2013.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Documento orientador: programa incluir - acessibilidade na educação superior SECADI/SESu - 2013**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=12737&Itemid=>. Acesso em: 23 out. 2013.

_____. **Em 10 anos, número de matrículas de alunos com deficiência sobe 933,6%**. Brasília, 1 out. 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=18124:em-10-anos-numero-de-matriculas-de-alunos-com-deficiencia-sobe-9336&catid=212&Itemid=86>. Acesso em: 23 out. 2013.

PFEIFER, P. **Crônicas da surdez**. Disponível em: <<http://cronicasdasurdez.com/sobre-surdos-libras-acessibilidade-e-noticias-equivocadas-sobre-surdez/>>. Acesso em: 15 nov. 2013.

SASSAKI, R. K. Como chamar as pessoas que têm deficiência? **Revista da Sociedade Brasileira de Ostomizados**, v.1, n. 1, p.8-11, 2003. Texto atualizado em 2013.

_____. Terminologia sobre deficiência na era da inclusão. **Revista Nacional de Reabilitação**, São Paulo, v. 5, n. 24, p. 6-9, jan./fev. 2002.

SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS. **Tecnologia Assistiva**. Brasília: SEDH, 2009.

SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade). Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/conade-0>>. Acesso em: 25 ago. 2013.

SECRETARIA NACIONAL DE TRANSPORTE E DA MOBILIDADE URBANA. **Programa Brasileiro de Acessibilidade Urbana: Brasil acessível**. Disponível em: <<http://www.arquitetura.ufc.br/professor/Zilsa%20Santiago/Biblioteca/Programa%20Brasil%20Acess%EDvel/Apresenta%E7%E3o%20Brasil%20Acessivel.pdf>>

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Dados para o relatório de autoavaliação institucional 2012**. Porto Alegre: SAI, 2013.

VERGAMIN, S. A. A. Um parecer sobre a política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Disponível em: <<http://editora-arara-azul.com.br/novoeaa/revista/?p=98>>. Acesso em: 27 out. 2013.

VIEIRA, M. I. S. Surdez ou deficiência auditiva? **Vez da voz**, São Paulo. Disponível em: <http://www.vezdavoiz.com.br/site/informacoes/2007/05/surdez_ou_deficiencia_auditiva>. Acesso em: 25 ago. 2013.

VIVARTA, V. (Org.). **Mídia e deficiência**. Brasília: Agência de Notícias dos Direitos da Infância / Fundação Banco do Brasil, 2003.

APÊNDICE – Instrumento de Coleta de Dados para TCC Química Licenciatura

COLETA DE DADOS PARA TCC QUÍMICA LICENCIATURA

Neste semestre (2013/2) defenderei o trabalho de conclusão de curso Química Licenciatura que discutirá sobre acessibilidade no Instituto de Química, com o nome: Passel na UFRGS, e agora? Uma discussão sobre a acessibilidade. Assim, necessito da sua opinião sobre o assunto, através do preenchimento das questões abaixo. É rápido e simples, por favor, reserve alguns minutos do seu tempo e reflita sobre os questionamentos a seguir.

O prazo de retorno será até 15 de outubro de 2013.

Agradeço, antecipadamente, a atenção e reflexão despendida para preenchimento deste.

1. Qual o tempo de docência no Instituto de Química da UFRGS?

Marcar apenas uma oval.

- até 5 anos
 6 a 10 anos
 11 a 15 anos
 mais de 15 anos

2. Neste tempo, já teve a experiência em dar aula numa turma que tivesse um aluno deficiente ou em condições especiais?

Marcar apenas uma oval.

- Não
 Sim

3. Caso a resposta da pergunta anterior tenha sido SIM, aponte a deficiência ou condição especial.

Marque todas que se aplicam.

- Deficiente Físico
 Deficiente Auditivo
 Deficiente Visual
 Indígena
 Aluno Estrangeiro

4. Em sua opinião, quais são as demandas genéricas necessárias ao professor para atender o graduando com deficiência ou em outras condições? Marque quantas alternativas achar necessário.

Marque todas que se aplicam.

- Capacitação (informações específicas sobre as deficiências, educação inclusiva, conduta com alunos surdos e de outras culturas, limitações, intérpretes em língua estrangeira)
 Palestras/Cursos (libras, braile, formação específica para cada tipo de condição, especificação lingüística do surdo, campanhas de combate ao preconceito e ao medo)
 Orientação (para produção de material didático, criação de núcleo multidisciplinar para pronto atendimento, flexibilização de procedimentos de avaliação ou metodologias)

COLETA DE DADOS PARA TCC QUÍMICA LICENCIATURA - Google Drive

5. Você já participou de cursos de capacitação referentes a acessibilidade dentro ou fora da UFRGS?*Marcar apenas uma oval.*

- Sim, e não acredito ser importante
- Sim, e acredito ser importante
- Não, e não acredito ser importante
- Não, e acredito ser importante

6. Você conhece algum setor que forneça suporte a professores/alunos na universidade ou IQ?*Marcar apenas uma oval.*

- Não
- Sim

7. Caso a resposta anterior seja positiva, indique o nome do setor.

8. Para finalizar, qual a sua visão sobre o processo de entrada de alunos deficientes e ou com condições especiais no ensino superior?
